




DISPUTA HEGEMÔNICA E LIMITES DA DEMOCRACIA LIBERAL NA AMÉRICA LATINA: NEOLIBERALISMO, POPULISMO E RECONFIGURAÇÃO DA DIREITA

HEGEMONIC DISPUTE AND LIMITS OF LIBERAL DEMOCRACY IN LATIN AMERICA: NEOLIBERALISM, POPULISM, AND THE RECONFIGURATION OF THE RIGHT

DISPUTA HEGEMÓNICA Y LÍMITES DE LA DEMOCRACIA LIBERAL EN AMÉRICA LATINA: NEOLIBERALISMO, POPULISMO Y RECONFIGURACIÓN DE LA DERECHA

 <https://doi.org/10.56238/levv17n61-045>

Data de submissão: 16/05/2026

Data de publicação: 16/06/2026

Lucas Araújo Monte

Doutor em Ciências Sociais

Instituição: Universidade de Brasília (UNB)

E-mail: lucas.monte.bsb@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa as transformações recentes das disputas ideológicas na América Latina a partir de uma abordagem teórica baseada no conceito de hegemonia. Partindo da hipótese de que a democracia liberal não constitui um espaço institucional plenamente neutro de disputa político-ideológica, o trabalho investiga como estruturas hegemônicas moldam as possibilidades de ação política nas democracias contemporâneas da região. A análise articula contribuições da teoria política crítica — especialmente os trabalhos de Antonio Gramsci, Ernesto Laclau e Wendy Brown — com a literatura recente sobre crise democrática e erosão institucional. Metodologicamente, o artigo combina revisão bibliográfica com análise interpretativa de processos políticos ocorridos na América Latina nas últimas décadas. Argumenta-se que, embora as democracias da região tenham experimentado ciclos de alternância entre governos progressistas e conservadores, essas mudanças ocorrem frequentemente dentro de um campo ideológico estruturado pela hegemonia neoliberal. O trabalho também discute o papel das transformações recentes da comunicação política digital na reorganização das disputas ideológicas contemporâneas, destacando a emergência de lideranças políticas que utilizam intensivamente plataformas digitais para mobilização política. A análise sugere que compreender as disputas hegemônicas constitui elemento fundamental para interpretar as transformações recentes da política latino-americana e os desafios enfrentados pelas democracias da região no século XXI.

Palavras-chave: Democracia Liberal. Hegemonia. Neoliberalismo. Nova Direita Digital. Disputas Ideológicas.

ABSTRACT

This article analyzes recent transformations in ideological disputes in Latin America through a theoretical approach grounded in the concept of hegemony. The study begins from the hypothesis that liberal democracy does not operate as a fully neutral institutional arena for political-ideological competition. Instead, hegemonic structures shape the possibilities of political action within contemporary democratic systems. The analysis combines insights from critical political theory —



particularly the works of Antonio Gramsci, Ernesto Laclau, and Wendy Brown — with recent scholarship on democratic crisis and institutional erosion. Methodologically, the article relies on a literature review and interpretative analysis of political processes that have taken place in Latin America over the past decades. The study argues that although the region has experienced cycles of alternation between progressive and conservative governments, these political shifts often occur within an ideological field structured by neoliberal hegemony. The article also examines how transformations in digital political communication have reshaped ideological competition, highlighting the rise of political leaders who rely heavily on social media platforms to mobilize supporters and disseminate political narratives. The findings suggest that analyzing hegemonic disputes is crucial for understanding contemporary political transformations in Latin America and the challenges faced by democratic institutions in the twenty-first century.

Keywords: Liberal Democracy. Hegemony. Neoliberalism. Digital Right. Ideological Disputes.

RESUMEN

Este artículo analiza las recientes transformaciones de las disputas ideológicas en América Latina desde un enfoque teórico basado en el concepto de hegemonía. Partiendo de la hipótesis de que la democracia liberal no constituye un espacio institucional completamente neutral para la disputa político-ideológica, el trabajo investiga cómo las estructuras hegemónicas configuran las posibilidades de acción política en las democracias contemporáneas de la región. El análisis articula contribuciones de la teoría política crítica —en particular, las obras de Antonio Gramsci, Ernesto Laclau y Wendy Brown— con literatura reciente sobre crisis democrática y erosión institucional. Metodológicamente, el artículo combina una revisión bibliográfica con un análisis interpretativo de los procesos políticos ocurridos en América Latina en las últimas décadas. Sostiene que, si bien las democracias de la región han experimentado ciclos de alternancia entre gobiernos progresistas y conservadores, estos cambios suelen producirse dentro de un campo ideológico estructurado por la hegemonía neoliberal. El trabajo también analiza el papel de las recientes transformaciones en la comunicación política digital en la reorganización de las disputas ideológicas contemporáneas, destacando el surgimiento de líderes políticos que utilizan intensivamente las plataformas digitales para la movilización política. El análisis sugiere que comprender las disputas hegemónicas es fundamental para interpretar las recientes transformaciones en la política latinoamericana y los desafíos que enfrentan las democracias de la región en el siglo XXI.

Palabras clave: Democracia Liberal. Hegemonía. Neoliberalismo. Nueva Derecha Digital. Disputas Ideológicas.

1 APRESENTAÇÃO

A América Latina tem experimentado, nas últimas décadas, intensas transformações em seu espectro político e ideológico. Após o processo de redemocratização iniciado na década de 1980, a região consolidou instituições democráticas representativas ao mesmo tempo em que passou por profundas reformas econômicas orientadas pelo paradigma neoliberal. Esse processo produziu mudanças significativas nas relações entre Estado, mercado e sociedade. A implementação de políticas de privatização, abertura econômica e desregulação redefiniu as bases institucionais da política econômica latino-americana, inserindo a região de forma mais intensa nos fluxos da economia global.

Durante o início do século XXI, diversos países da região experimentaram a ascensão de governos progressistas, fenômeno amplamente descrito na literatura como “onda rosa”. Esse período foi caracterizado pela ampliação de políticas sociais e pela tentativa de fortalecer o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. Entretanto, a partir da década de 2010, observa-se um processo de reorganização política marcado pelo crescimento de forças conservadoras e liberais. Esse fenômeno passou a ser descrito como “onda azul”, indicando a retomada de governos associados à direita política (Monte, 2022).

Entre os exemplos mais emblemáticos desse processo destacam-se as eleições de Jair Bolsonaro, Nayib Bukele, Javier Milei e, mais recentemente, José Antonio Kast, no Chile. Embora esses casos apresentem diferenças importantes, eles compartilham certos elementos discursivos e programáticos, como a crítica às elites políticas tradicionais, o uso intensivo de redes sociais e a defesa de políticas econômicas liberais.

A compreensão desse fenômeno exige uma abordagem analítica que vá além da análise conjuntural das disputas eleitorais. Torna-se necessário investigar as estruturas ideológicas e institucionais que moldam as disputas políticas nas democracias contemporâneas. Nesse sentido, este artigo parte da seguinte questão de pesquisa: a democracia liberal latino-americana constitui um espaço neutro de disputa político-ideológica?

A hipótese central do trabalho sustenta que o neoliberalismo se consolidou como elemento central da hegemonia política regional. Assim, a democracia liberal tende a favorecer propostas políticas alinhadas a esse paradigma.

2 DEMOCRACIA LIBERAL E NEUTRALIDADE INSTITUCIONAL

A democracia liberal consolidou-se como o modelo político dominante no mundo contemporâneo, especialmente após o término da Guerra Fria e a expansão global de regimes representativos. No campo da teoria política, esse modelo é frequentemente descrito como um conjunto de regras institucionais destinadas a organizar a competição pelo poder político de forma pacífica e

legítima. A democracia, nessa perspectiva, seria caracterizada por mecanismos institucionais capazes de garantir pluralismo, participação e alternância no poder.

Uma das formulações mais influentes dessa concepção encontra-se na obra de Joseph Schumpeter, que define a democracia como um método institucional para a seleção de governantes por meio da competição eleitoral. Para o autor, a essência da democracia não reside em uma vontade popular substantiva, mas na existência de procedimentos que permitem aos cidadãos escolher seus representantes em eleições livres e competitivas (Schumpeter, 1961).

Essa concepção procedimental da democracia foi posteriormente desenvolvida por autores como Norberto Bobbio e Robert Dahl. Bobbio argumenta que a democracia moderna deve ser entendida como um conjunto de regras do jogo político, responsáveis por regular a competição entre diferentes forças políticas dentro de um marco institucional comum (Bobbio, 2015). De forma semelhante, Dahl introduz o conceito de poliarquia para descrever sistemas políticos caracterizados por altos níveis de participação e contestação pública (Dahl, 2015).

Dentro dessa tradição teórica, a democracia liberal é frequentemente apresentada como um espaço institucional neutro de disputa político-ideológica. Isso significa que diferentes projetos políticos poderiam competir em condições relativamente iguais, desde que respeitassem as regras básicas do regime democrático.

Contudo, essa ideia de neutralidade institucional tem sido objeto de questionamentos importantes na teoria política contemporânea. Em outras oportunidades, argumentamos que as instituições democráticas não surgem em um vácuo histórico ou social, mas são construídas dentro de contextos específicos marcados por relações de poder e estruturas econômicas determinadas (Monte, 2022; 2025). Nesse sentido, a própria configuração institucional das democracias liberais pode refletir determinadas concepções de ordem social e econômica que acabam por favorecer certos projetos políticos em detrimento de outros.

Portanto, a democracia liberal latino-americana não pode ser compreendida apenas como um mecanismo procedimental neutro. Pois, as disputas ideológicas que ocorrem dentro das instituições democráticas são profundamente influenciadas pela estrutura hegemônica da sociedade. Desse modo, determinados projetos políticos encontram maior compatibilidade com a estrutura institucional da democracia liberal, especialmente aqueles alinhados ao paradigma neoliberal que se consolidou nas últimas décadas (Monte, 2022).

Para compreender essa dinâmica, é necessário considerar o contexto histórico no qual as democracias latino-americanas contemporâneas foram construídas. A maioria dos regimes democráticos da região emergiu após o colapso de regimes autoritários durante as décadas de 1980 e 1990 (Huntington, 1993). Esse processo de redemocratização ocorreu simultaneamente à implementação de reformas econômicas orientadas pelo chamado Consenso de Washington. Essas

reformas incluíram políticas de liberalização econômica, privatização de empresas estatais e redução do papel do Estado na economia. Como resultado, as instituições políticas democráticas passaram a coexistir com um modelo econômico fortemente orientado pelo mercado (Harvey, 2014).

Nesse contexto, a consolidação da democracia na América Latina ocorreu paralelamente à institucionalização do neoliberalismo como paradigma dominante de política econômica. Essa relação entre democracia e neoliberalismo produziu um ambiente político no qual determinadas agendas econômicas passaram a ser consideradas compatíveis com a ordem democrática, enquanto outras passaram a ser percebidas como ameaças à estabilidade institucional.

Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, na forma como debates sobre política econômica são frequentemente enquadrados dentro de limites considerados aceitáveis pelo sistema político. Propostas que questionam profundamente a lógica de mercado ou que defendem transformações estruturais na organização econômica da sociedade tendem a enfrentar maior resistência institucional e política. Essa dinâmica não significa que tais propostas sejam impossíveis dentro do regime democrático, mas indica que elas operam em um ambiente institucional que favorece determinadas orientações ideológicas (Dardot; Laval, 2016).

A discussão sobre a neutralidade institucional da democracia também tem sido aprofundada por autores que investigam as relações entre capitalismo e regime democrático. Para alguns desses autores, a democracia liberal moderna desenvolveu-se historicamente em estreita relação com a expansão do capitalismo, o que contribuiu para a construção de instituições políticas compatíveis com a lógica de mercado.

Essa interpretação não implica necessariamente que democracia e capitalismo sejam inseparáveis, mas sugere que as instituições democráticas existentes foram moldadas dentro de um contexto histórico específico no qual o capitalismo desempenhou papel central.

Nesse sentido, a democracia liberal contemporânea pode ser compreendida como um arranjo institucional que combina princípios de representação política com estruturas econômicas baseadas na economia de mercado. Essa combinação produz tensões importantes, especialmente quando demandas sociais por redistribuição econômica entram em conflito com os limites institucionais impostos pela ordem econômica existente. Ao mesmo tempo, esse arranjo institucional também cria oportunidades para diferentes atores políticos mobilizarem discursos e estratégias dentro do sistema democrático.

A ascensão recente de lideranças políticas associadas à direita em diversos países da América Latina ilustra como projetos políticos alinhados ao neoliberalismo podem encontrar ressonância dentro desse ambiente institucional. Casos como os governos de Jair Bolsonaro, Nayib Bukele e Javier Milei demonstram como discursos que combinam liberalismo econômico, crítica às elites políticas tradicionais e mobilização populista podem emergir dentro do próprio marco institucional da democracia liberal.

Esses casos também evidenciam que a disputa política contemporânea não ocorre apenas no plano das políticas públicas, mas também no nível das narrativas ideológicas que estruturam o debate público. Assim, compreender a dinâmica da democracia liberal latino-americana exige uma análise que leve em consideração não apenas as regras institucionais do sistema político, mas também as estruturas ideológicas e econômicas que moldam as possibilidades de ação política.

Essa perspectiva abre caminho para a discussão sobre o conceito de hegemonia e sua relevância para a análise das disputas ideológicas nas democracias contemporâneas, tema que será desenvolvido na próxima seção.

3 HEGEMONIA E DISPUTA IDEOLÓGICA

A compreensão das disputas ideológicas nas democracias contemporâneas exige a incorporação de perspectivas teóricas capazes de explicar como determinadas ideias e projetos políticos se tornam predominantes dentro de uma sociedade. Nesse sentido, o conceito de hegemonia, formulado por Antonio Gramsci (1984, 2002), constitui uma das contribuições mais influentes para a análise das relações entre poder político, cultura e ideologia.

Para Gramsci, a dominação política nas sociedades modernas não se sustenta apenas por meio da coerção exercida pelo Estado, mas também pela construção de consensos sociais que legitimam determinada ordem política e econômica. A hegemonia corresponde, portanto, à capacidade de um grupo social exercer liderança intelectual e moral sobre a sociedade, estabelecendo uma visão de mundo que passa a ser percebida como natural ou inevitável (Gramsci, 1984, 2002).

Essa perspectiva desloca a análise da política para além das instituições formais do Estado, enfatizando a importância das disputas culturais e ideológicas que ocorrem no interior da sociedade civil. Para Gramsci, instituições como escolas, meios de comunicação, igrejas e organizações sociais desempenham papel fundamental na produção e reprodução da hegemonia.

A hegemonia, nesse sentido, não é um estado permanente, mas um processo dinâmico de disputa entre diferentes projetos políticos. Grupos sociais competem para estabelecer suas interpretações da realidade como a visão dominante da sociedade. Essa abordagem permite compreender a política como um campo de disputas simbólicas no qual diferentes narrativas procuram definir o significado de conceitos como liberdade, democracia, justiça e desenvolvimento.

A análise da hegemonia torna-se particularmente relevante no contexto das democracias liberais contemporâneas, nas quais o conflito político frequentemente se manifesta na disputa por legitimidade discursiva e pela definição das agendas públicas. A literatura contemporânea sobre teoria política ampliou significativamente a interpretação gramsciana da hegemonia. Entre os autores que mais contribuíram para esse desenvolvimento encontra-se Ernesto Laclau (2013), cuja obra estabelece uma articulação entre teoria da hegemonia e análise do populismo.

Para Laclau (2013), a política deve ser compreendida como um processo discursivo no qual identidades coletivas são construídas por meio da articulação de demandas sociais diversas. Nesse processo, diferentes reivindicações sociais passam a ser conectadas em uma cadeia de equivalências que estabelece uma fronteira política entre dois campos antagonistas.

Segundo essa perspectiva, a formação do “povo” constitui uma construção política e discursiva. O povo não corresponde simplesmente a um grupo sociológico determinado, mas emerge quando demandas sociais insatisfeitas passam a ser articuladas contra um adversário comum, frequentemente identificado como elite ou establishment político.

Essa concepção permite compreender como discursos populistas podem desempenhar papel central na construção de hegemonias políticas. Ao articular diferentes demandas sociais em torno de uma narrativa comum, lideranças políticas podem construir identidades coletivas capazes de mobilizar amplos setores da sociedade.

A teoria de Laclau oferece ferramentas importantes para compreender fenômenos políticos contemporâneos caracterizados pela polarização e pela emergência de lideranças que se apresentam como representantes diretos da vontade popular.

No contexto latino-americano, essa perspectiva ajuda a explicar tanto a ascensão de governos progressistas no início do século XXI quanto o crescimento recente de lideranças associadas à direita populista. Entretanto, a análise das disputas hegemônicas na região também exige considerar o papel desempenhado pelo neoliberalismo como paradigma dominante de organização econômica e social.

Nas últimas décadas, o neoliberalismo consolidou-se não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas também como uma racionalidade política que influencia profundamente as formas de pensar a relação entre Estado, mercado e sociedade. Essa interpretação é amplamente discutida na literatura contemporânea sobre neoliberalismo. Nesse sentido, Wendy Brown (2015, 2019) argumenta que o neoliberalismo deve ser compreendido como uma forma de racionalidade governamental que reorganiza as instituições políticas e sociais segundo a lógica do mercado.

Nesse contexto, valores como eficiência, competitividade e empreendedorismo passam a ocupar posição central no imaginário político contemporâneo. Essa racionalidade tende a redefinir o próprio significado da cidadania, transformando indivíduos em agentes econômicos responsáveis por maximizar seu próprio capital humano. Como resultado, a esfera da política passa a ser cada vez mais subordinada a critérios de racionalidade econômica.

No contexto latino-americano, esse processo foi intensificado pelas reformas econômicas implementadas a partir da década de 1990. A liberalização econômica, as privatizações e a abertura aos mercados internacionais contribuíram para consolidar o neoliberalismo como paradigma dominante de política econômica na região.

Em outra oportunidade, apresentamos que esse processo produziu efeitos significativos sobre a dinâmica das disputas ideológicas nas democracias latino-americanas (Monte, 2022). Isto é, a hegemonia neoliberal moldou o ambiente político de forma a favorecer determinadas orientações ideológicas. Portanto, o neoliberalismo não se limita a orientar políticas econômicas específicas, mas também influencia a forma como os próprios debates políticos são estruturados.

Essa dinâmica pode ser observada na centralidade que conceitos como responsabilidade fiscal, estabilidade macroeconômica e competitividade internacional assumiram nas agendas políticas da região.

Mesmo governos identificados com diferentes correntes ideológicas frequentemente operam dentro desse conjunto de premissas, o que indica a força da hegemonia neoliberal na definição dos limites do debate político. Mas, isso não significa que não existam disputas ideológicas significativas dentro das democracias latino-americanas. Pelo contrário, a região tem sido palco de intensos conflitos políticos nas últimas décadas. Entretanto, essas disputas frequentemente ocorrem dentro de um campo ideológico delimitado pela predominância do paradigma neoliberal.

A compreensão dessa dinâmica é fundamental para analisar o crescimento recente de lideranças políticas associadas à direita na América Latina. Discursos políticos que combinam liberalismo econômico com críticas às elites políticas tradicionais podem encontrar ressonância em contextos nos quais a insatisfação social se articula com valores amplamente difundidos pela racionalidade neoliberal. Além disso, a ascensão de novas formas de comunicação política, especialmente por meio das plataformas digitais, ampliou significativamente as possibilidades de construção de narrativas hegemônicas.

A chamada nova direita digital tem utilizado redes sociais para disseminar discursos políticos que articulam demandas econômicas, culturais e identitárias dentro de narrativas populistas. Essas transformações indicam que a disputa hegemônica nas democracias contemporâneas não ocorre apenas no âmbito das instituições políticas tradicionais, mas também em arenas comunicacionais cada vez mais descentralizadas.

Assim, compreender a dinâmica da política latino-americana contemporânea exige analisar simultaneamente três dimensões fundamentais: as instituições democráticas, as estruturas econômicas e os processos de construção discursiva de identidades políticas.

A articulação entre essas dimensões ajuda a explicar por que determinados projetos políticos conseguem se tornar hegemônicos em determinados contextos históricos. Essa perspectiva também permite compreender a emergência de novas direitas políticas na região, tema que será explorado com maior profundidade na próxima seção, dedicada à análise das características ideológicas da direita radical contemporânea.

4 NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE POLÍTICA E SEUS EFEITOS SOBRA A DEMOCRACIA

A compreensão das disputas ideológicas nas democracias contemporâneas exige analisar o papel desempenhado pelo neoliberalismo como paradigma dominante de organização econômica e política nas últimas décadas. Embora frequentemente associado apenas a um conjunto de políticas econômicas específicas, o neoliberalismo deve ser compreendido de forma mais ampla como uma racionalidade política que reorganiza as relações entre Estado, mercado e sociedade.

Essa perspectiva é amplamente discutida na literatura contemporânea, especialmente nas análises desenvolvidas por Wendy Brown (2015, 2019), que argumenta que o neoliberalismo não se limita à defesa do livre mercado, mas constitui um projeto normativo capaz de redefinir as bases da vida social e política. Segundo a autora, a racionalidade neoliberal estende a lógica do mercado para diferentes esferas da sociedade, transformando indivíduos, instituições e práticas políticas segundo critérios de eficiência, competitividade e cálculo econômico.

Nesse contexto, cidadãos passam a ser concebidos como agentes econômicos responsáveis por administrar e maximizar seu próprio capital humano. A própria noção de cidadania política tende a ser reformulada em termos econômicos, deslocando o foco da participação democrática para a performance individual dentro da lógica de mercado.

Essa transformação tem implicações profundas para o funcionamento da democracia. Ao redefinir os parâmetros de racionalidade política segundo critérios econômicos, o neoliberalismo tende a restringir o campo das alternativas consideradas legítimas no debate público. Esse processo está intimamente relacionado à centralidade da propriedade privada dentro da tradição do liberalismo econômico, uma vez que a defesa da propriedade privada constitui um dos pilares normativos fundamentais da tradição liberal.

Desde os clássicos do liberalismo político, a proteção da propriedade foi concebida como elemento central da liberdade individual e da estabilidade institucional. Dentro dessa tradição, o Estado possui entre suas principais funções a garantia dos direitos de propriedade e a proteção das relações contratuais que estruturam a economia de mercado. Essa concepção foi gradualmente incorporada à arquitetura institucional das democracias liberais modernas, contribuindo para a construção de sistemas políticos nos quais a proteção da propriedade privada se tornou um princípio normativo amplamente compartilhado.

Nesse viés, a defesa da propriedade não representa apenas uma preferência econômica, mas também um componente estrutural da organização institucional das democracias liberais. Esse elemento desempenha papel importante na dinâmica das disputas ideológicas dentro desses regimes. Ao estabelecer a proteção da propriedade privada como princípio fundamental da ordem política, as

instituições democráticas tendem a operar dentro de um conjunto de limites normativos que favorecem determinadas orientações ideológicas.

Esse argumento não implica que a democracia liberal seja incapaz de incorporar políticas redistributivas ou programas sociais. Ao contrário, a história das democracias contemporâneas demonstra que diferentes formas de intervenção estatal podem coexistir com economias de mercado. Entretanto, a centralidade da propriedade privada como princípio normativo estabelece um ponto de referência fundamental em torno do qual as disputas políticas tendem a se organizar.

A partir dessa base normativa, o neoliberalismo emerge como uma reformulação contemporânea da tradição liberal que busca ampliar ainda mais o papel do mercado como mecanismo regulador da vida social (Dardol; Laval, 2016).

O neoliberalismo consolidou-se, ao longo do final do século XX, como um paradigma dominante de política econômica, especialmente após as crises econômicas que marcaram as décadas de 1970 e 1980. Na América Latina, esse processo esteve diretamente associado às reformas estruturais implementadas durante as décadas de 1980 e 1990, frequentemente vinculadas às recomendações do chamado Consenso de Washington.

Essas reformas incluíram políticas de liberalização comercial, privatização de empresas estatais, desregulação econômica e redução do papel do Estado na economia. Em diversos países da região, tais medidas foram implementadas como resposta a crises econômicas profundas, caracterizadas por hiperinflação, endividamento externo e estagnação econômica.

Em alguns casos, as reformas neoliberais conseguiram estabilizar indicadores macroeconômicos no curto prazo, especialmente no que se refere ao controle da inflação e à retomada do crescimento econômico. Entretanto, os efeitos sociais dessas políticas foram objeto de intensos debates na literatura acadêmica. Diversos estudos apontam que, embora tenham contribuído para estabilizar economias nacionais, as reformas neoliberais também estiveram associadas ao aumento das desigualdades sociais e à precarização de determinadas condições de trabalho.

Essas transformações contribuíram para a emergência de novas tensões políticas na região, especialmente a partir do início do século XXI, quando diversos países latino-americanos elegeram governos que buscavam revisar parcialmente as políticas neoliberais implementadas nas décadas anteriores. Ainda assim, a análise da dinâmica ideológica da região sugere que o neoliberalismo manteve influência significativa na definição dos parâmetros do debate político.

Mesmo governos identificados com correntes progressistas frequentemente preservaram elementos centrais da estrutura macroeconômica construída durante o período de reformas neoliberais, incluindo compromissos com estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e integração aos mercados globais.

Essa persistência indica que o neoliberalismo se consolidou não apenas como um conjunto de políticas específicas, mas como uma racionalidade política profundamente enraizada nas instituições e práticas de governo. Nesse sentido, a hegemonia neoliberal não se manifesta apenas na adoção de determinadas políticas econômicas, mas também na forma como os próprios problemas políticos passam a ser formulados e debatidos. Questões como desenvolvimento econômico, políticas sociais e gestão do Estado passam a ser avaliadas segundo critérios de eficiência e competitividade, frequentemente associados à lógica de mercado.

Essa transformação do imaginário político contribui para explicar por que diferentes projetos políticos podem coexistir dentro de um campo ideológico relativamente delimitado. Ao mesmo tempo, essa dinâmica ajuda a compreender o crescimento recente de lideranças políticas associadas à direita em diversos países da América Latina. Discursos que combinam liberalismo econômico com críticas às elites políticas tradicionais podem encontrar ressonância em contextos nos quais a racionalidade neoliberal já se encontra amplamente difundida no imaginário social.

Assim, a análise do neoliberalismo como racionalidade política permite compreender de forma mais abrangente as transformações recentes da política latino-americana. Ao articular elementos da tradição liberal com novas formas de governança econômica, o neoliberalismo contribuiu para redefinir os limites e as possibilidades das disputas ideológicas nas democracias contemporâneas. Essa perspectiva também oferece uma base analítica importante para examinar as transformações institucionais associadas à crise das democracias liberais no século XXI, tema que será explorado na próxima seção deste artigo.

5 CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL E EROSÃO INSTITUCIONAL NO SÉCULO XXI

Nas últimas décadas, o debate acadêmico sobre democracia tem sido marcado por uma crescente preocupação com os processos de deterioração institucional observados em diversos regimes democráticos ao redor do mundo. Após o otimismo que marcou o período posterior ao fim da Guerra Fria — frequentemente descrito como uma fase de expansão global da democracia (Huntington, 1993) —, a literatura contemporânea passou a identificar sinais de regressão democrática em diferentes contextos políticos.

Essa preocupação levou ao desenvolvimento de um amplo campo de estudos dedicado à análise do fenômeno conhecido como erosão democrática. Entre as contribuições mais influentes nesse debate encontra-se a obra de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), que investigam as formas pelas quais democracias contemporâneas podem ser gradualmente enfraquecidas por líderes eleitos democraticamente.

Segundo esses autores, diferentemente das rupturas institucionais abruptas que caracterizaram os golpes militares do século XX, o declínio das democracias no século XXI tende a ocorrer de maneira

mais gradual e muitas vezes dentro do próprio marco institucional do regime democrático. Nesse tipo de processo, líderes políticos eleitos por meio de eleições competitivas passam a adotar estratégias que enfraquecem progressivamente os mecanismos institucionais responsáveis por garantir a *accountability* e o equilíbrio entre os poderes do Estado.

Levitsky e Ziblatt (2018) identificam quatro indicadores principais que podem sinalizar tendências autoritárias em lideranças políticas democráticas: rejeição ou enfraquecimento das regras democráticas do jogo; negação da legitimidade de adversários políticos; tolerância ou incentivo à violência política; e, disposição para restringir liberdades civis de opositores e da imprensa.

Esses indicadores não representam necessariamente o colapso imediato da democracia, mas podem indicar processos de erosão institucional que, ao longo do tempo, comprometem a qualidade do regime democrático.

No contexto latino-americano, essa discussão adquire relevância particular devido à história recente da região, marcada por transições relativamente recentes de regimes autoritários para sistemas democráticos. Embora a maioria dos países da região tenha consolidado instituições democráticas desde as décadas de 1980 e 1990, diversos analistas apontam que essas instituições continuam enfrentando desafios estruturais significativos.

Entre esses desafios destacam-se níveis elevados de desigualdade social, fragilidade institucional em alguns sistemas políticos e crises recorrentes de representação política. Esses fatores contribuíram para o surgimento de um ambiente político caracterizado por crescente desconfiança da população em relação às instituições democráticas tradicionais.

Pesquisas de opinião realizadas nas últimas décadas indicam que a confiança em instituições como partidos políticos, parlamentos e sistemas judiciais permanece relativamente baixa em diversos países latino-americanos (Latinobarómetro, 2025). Essa desconfiança institucional cria condições favoráveis para a emergência de lideranças políticas que se apresentam como alternativas ao sistema político tradicional.

Nesse contexto, discursos políticos que enfatizam a necessidade de “romper com o sistema” ou de “refundar as instituições” podem encontrar receptividade significativa entre setores da sociedade insatisfeitos com o funcionamento da democracia representativa.

A ascensão de lideranças como Jair Bolsonaro, Nayib Bukele e Javier Milei ilustra como esse tipo de discurso pode ganhar força em contextos de crise política e econômica. Embora essas lideranças apresentem diferenças significativas em termos de orientação ideológica e estratégias de governo, todas compartilham em alguma medida a utilização de narrativas políticas que questionam a legitimidade das instituições políticas tradicionais.

Em alguns casos, esse tipo de discurso pode evoluir para estratégias políticas que buscam ampliar o poder do Executivo em detrimento de outras instituições do sistema político. Um exemplo

frequentemente discutido na literatura recente é o caso de El Salvador, onde o governo de Nayib Bukele promoveu mudanças institucionais significativas que alteraram o equilíbrio entre os poderes do Estado.

Essas mudanças incluem reformas no sistema judicial e medidas excepcionais de segurança pública que ampliaram os poderes do Executivo no combate às organizações criminosas. Embora essas políticas tenham sido justificadas como resposta à grave crise de segurança enfrentada pelo país, críticos argumentam que tais medidas podem representar riscos à independência institucional e ao equilíbrio democrático.

Situações semelhantes, ainda que com características próprias, também têm sido observadas em outros países da região. No Brasil, por exemplo, o período do governo de Jair Bolsonaro foi marcado por intensos conflitos entre o Executivo e outras instituições do sistema político, incluindo o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e setores da imprensa.

Esses conflitos evidenciaram as tensões existentes dentro das democracias contemporâneas, especialmente quando lideranças políticas mobilizam discursos que questionam a legitimidade de instituições responsáveis por limitar o poder governamental. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que as democracias latino-americanas também demonstraram capacidade de resiliência institucional em diversos momentos recentes.

No caso brasileiro, por exemplo, o processo eleitoral que resultou na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 ocorreu dentro do marco institucional democrático, evidenciando a continuidade das regras eleitorais e a capacidade de alternância de poder – mesmo que, após a posse, tenha havido uma tentativa de ruptura democrática. Esse tipo de processo indica que, embora enfrentem pressões significativas, muitas instituições democráticas da região continuam funcionando como mecanismos de contenção de tendências autoritárias.

Ainda assim, os debates recentes na literatura sobre democracia sugerem que os desafios enfrentados pelos regimes democráticos contemporâneos não devem ser subestimados. A combinação entre polarização política, transformações nos sistemas de comunicação e crises econômicas recorrentes cria um ambiente político complexo no qual as instituições democráticas são constantemente testadas.

Nesse contexto, compreender as transformações ideológicas e institucionais que ocorrem na América Latina torna-se fundamental para avaliar as perspectivas futuras da democracia na região. A análise desenvolvida neste artigo sugere que esses processos não podem ser compreendidos isoladamente, mas devem ser analisados em conjunto com as disputas hegemônicas e com a influência da racionalidade neoliberal na organização das instituições políticas.

A articulação entre esses elementos ajuda a explicar por que diferentes projetos políticos emergem e disputam poder dentro das democracias latino-americanas contemporâneas. Essa

perspectiva também permite compreender a emergência de novas formas de mobilização política associadas ao ambiente digital, fenômeno que será analisado na próxima seção deste artigo.

6 A NOVA DIREITA DIGITAL E AS TRANSFORMAÇÕES DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas duas décadas produziram mudanças profundas nas formas de comunicação política nas democracias contemporâneas. A expansão da *internet*, a popularização dos *smartphones* e a consolidação das redes sociais digitais alteraram significativamente a maneira pela qual atores políticos se comunicam com a sociedade, mobilizam apoiadores e constroem narrativas ideológicas.

Essas mudanças têm implicações particularmente relevantes para a dinâmica das disputas políticas nas democracias contemporâneas. Se, durante grande parte do século XX, a comunicação política era mediada predominantemente por instituições tradicionais como partidos políticos, jornais impressos e emissoras de televisão, o ambiente digital contemporâneo possibilitou o surgimento de novas formas de interação política que operam de maneira mais descentralizada.

Nesse novo contexto, plataformas digitais passaram a desempenhar papel central na circulação de informações políticas, na formação de opiniões e na mobilização eleitoral. Redes sociais como X (*Twitter*), *Facebook*, *YouTube*, *Instagram* e *Telegram* tornaram-se espaços fundamentais de disputa simbólica e ideológica.

Esse processo contribuiu para a emergência do que diversos analistas têm denominado nova direita digital, caracterizada pela intensa utilização de plataformas digitais como instrumento de mobilização política e construção de identidades ideológicas.

A nova direita digital não se define apenas por suas posições ideológicas, mas também por suas estratégias de comunicação e organização política. Diferentemente de movimentos políticos tradicionais, frequentemente estruturados em torno de partidos e organizações formais, muitos grupos associados a essa corrente política operam de maneira descentralizada, articulando redes de influenciadores, produtores de conteúdo e ativistas digitais. Essas redes desempenham papel importante na difusão de narrativas políticas, frequentemente combinando discursos ideológicos, conteúdos humorísticos e elementos da cultura digital para ampliar seu alcance entre diferentes segmentos da população (Pinheiro-Machado, 2025).

A utilização intensiva das redes sociais permite que lideranças políticas estabeleçam canais de comunicação direta com seus apoiadores, contornando a mediação tradicional exercida pelos meios de comunicação convencionais. Essa dinâmica foi particularmente evidente na ascensão de lideranças políticas que utilizaram plataformas digitais como instrumento central de mobilização política (Pinheiro-Machado, 2025).

O caso do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro é frequentemente citado na literatura como um exemplo paradigmático desse fenômeno. Durante sua campanha presidencial em 2018, Bolsonaro utilizou intensivamente redes sociais e aplicativos de mensagens para comunicar-se diretamente com eleitores, mobilizar apoiadores e disseminar narrativas políticas que criticavam as instituições políticas tradicionais.

Estratégias semelhantes podem ser observadas em outros contextos latino-americanos. O presidente de El Salvador, Nayib Bukele, tornou-se conhecido por sua utilização constante das redes sociais como instrumento de comunicação governamental e mobilização política. Bukele frequentemente utiliza plataformas digitais para anunciar políticas públicas, criticar adversários políticos e dialogar diretamente com a população, muitas vezes em linguagem informal e adaptada ao ambiente digital.

Na Argentina, o presidente Javier Milei também se destacou pela intensa presença nas redes sociais antes e durante sua campanha presidencial. Sua estratégia de comunicação combinou discursos econômicos libertários com forte presença em plataformas digitais e programas de mídia alternativa, ampliando sua visibilidade entre setores jovens e segmentos descontentes com o sistema político tradicional.

Esses exemplos ilustram como as plataformas digitais passaram a desempenhar papel central na reorganização das estratégias de mobilização política. Além de permitir comunicação direta entre lideranças políticas e eleitores, as redes sociais também contribuem para a formação de comunidades ideológicas online. Essas comunidades frequentemente se organizam em torno de narrativas políticas compartilhadas, criando ambientes digitais nos quais determinadas interpretações da realidade política são reforçadas coletivamente.

Esse processo pode contribuir para a intensificação da polarização política. Como demonstram diversos estudos sobre comunicação digital, os algoritmos que estruturam o funcionamento das redes sociais tendem a favorecer conteúdos capazes de gerar alto engajamento emocional. Mensagens polarizadas, provocativas ou moralmente carregadas frequentemente alcançam maior visibilidade nas plataformas digitais, o que pode incentivar a circulação de discursos políticos mais radicais. Além disso, o ambiente digital facilita a disseminação rápida de informações, incluindo conteúdos que nem sempre passam por processos rigorosos de verificação (Pinheiro-Machado, 2025).

Esse fenômeno tem sido amplamente discutido na literatura sobre desinformação e suas implicações para a democracia. A circulação de notícias falsas, teorias conspiratórias e interpretações distorcidas de eventos políticos pode influenciar percepções públicas e afetar a qualidade do debate democrático. Entretanto, é importante destacar que as transformações na comunicação política digital não afetam apenas movimentos associados à direita. Diferentes correntes políticas passaram a utilizar plataformas digitais como instrumentos de mobilização e organização.

Ainda assim, diversos estudos apontam que movimentos conservadores e populistas têm demonstrado particular capacidade de adaptação às dinâmicas comunicacionais das redes sociais (Mudde, 2017; 2019). Essa capacidade pode estar relacionada à natureza emocionalmente mobilizadora de determinados discursos políticos associados à direita populista, que frequentemente utilizam narrativas baseadas em antagonismos claros entre povo e elites, ordem e caos, tradição e mudança.

Essas narrativas tendem a se adaptar facilmente aos formatos comunicacionais das plataformas digitais, que privilegiam mensagens curtas, imagens impactantes e conteúdos facilmente compartilháveis. Além disso, a nova direita digital frequentemente se articula com movimentos culturais mais amplos presentes no ambiente *online*, incluindo comunidades virtuais dedicadas à produção de *memes*, vídeos e outros conteúdos digitais. Essas práticas culturais contribuem para ampliar a circulação de ideias políticas em ambientes informais e muitas vezes distantes dos espaços tradicionais de debate público.

No contexto latino-americano, essas transformações da comunicação política digital se combinam com fatores estruturais como desigualdade social, fragilidade institucional e crises de representação política. A interação entre esses elementos cria um ambiente político no qual novas formas de mobilização ideológica podem emergir e adquirir relevância significativa no cenário político nacional. Assim, compreender o papel das plataformas digitais na política contemporânea torna-se fundamental para analisar as transformações recentes das direitas políticas na América Latina.

A nova direita digital não representa apenas uma mudança nas estratégias de comunicação política, mas também um elemento importante na reorganização das disputas ideológicas que ocorrem nas democracias contemporâneas. Essa dinâmica evidencia que as disputas hegemônicas analisadas ao longo deste artigo não ocorrem apenas no interior das instituições políticas formais, mas também em arenas comunicacionais cada vez mais complexas e descentralizadas.

A compreensão dessas transformações oferece uma base analítica importante para avaliar as perspectivas futuras das disputas ideológicas na América Latina, tema que será retomado nas considerações finais deste trabalho.

7 ALTERNÂNCIA POLÍTICA, HEGEMONIA E PERSPECTIVAS DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou compreender as transformações recentes das disputas ideológicas na América Latina a partir de uma perspectiva que articula teoria política e análise empírica. Partindo do debate sobre os limites da neutralidade institucional da democracia liberal, o trabalho argumentou que as disputas políticas contemporâneas na região não podem ser

compreendidas apenas como alternâncias eleitorais entre projetos ideológicos distintos, mas devem ser analisadas dentro de um quadro mais amplo de disputas hegemônicas.

Nesse sentido, a teoria da hegemonia formulada por Antonio Gramsci (1984, 2002) oferece um referencial analítico fundamental para compreender a dinâmica das disputas políticas nas democracias contemporâneas. Para Gramsci, a hegemonia refere-se à capacidade de determinados grupos sociais de exercer liderança política e cultural sobre a sociedade, combinando coerção institucional e consenso social.

Diferentemente de interpretações que reduzem o poder político à mera dominação coercitiva, a perspectiva *gramsciana* enfatiza que a estabilidade das ordens políticas depende também da construção de consensos ideológicos que legitimam determinadas formas de organização social. A hegemonia, nesse sentido, não se limita ao controle das instituições estatais, mas envolve também a capacidade de influenciar valores, narrativas e visões de mundo compartilhadas na sociedade civil.

Essa concepção amplia significativamente a forma como se pode compreender as disputas políticas nas democracias contemporâneas. Em vez de interpretar as alternâncias eleitorais apenas como mudanças administrativas dentro de um mesmo sistema político, a perspectiva da hegemonia permite analisá-las como momentos específicos de disputas mais amplas pela direção política e cultural da sociedade.

Aplicada ao contexto latino-americano, essa abordagem ajuda a explicar por que diferentes ciclos políticos — frequentemente descritos na literatura como “ondas” ideológicas — emergem ao longo do tempo.

Nas últimas décadas, a região experimentou momentos de ascensão de governos progressistas, frequentemente associados à chamada “onda rosa”, seguidos por períodos de fortalecimento de forças políticas conservadoras ou liberais. Entretanto, uma análise baseada apenas na alternância entre esquerda e direita pode obscurecer dinâmicas estruturais mais profundas que moldam as possibilidades de ação política dentro das democracias da região.

A partir da perspectiva *gramsciana*, é possível argumentar que essas alternâncias eleitorais ocorrem dentro de um campo de disputas hegemonicamente estruturado por determinadas concepções dominantes de organização econômica e política. Nas últimas décadas, uma dessas concepções foi fortemente influenciada pela racionalidade neoliberal, que consolidou princípios como a centralidade do mercado, a disciplina fiscal e a redução do papel do Estado como elementos centrais da organização econômica.

Mesmo em contextos nos quais governos progressistas chegaram ao poder por meio de eleições democráticas, muitas vezes esses governos tiveram que operar dentro de estruturas institucionais e econômicas que limitavam significativamente o alcance de transformações estruturais mais profundas. Essa dinâmica contribui para explicar por que processos de alternância política podem ocorrer sem

necessariamente produzir mudanças radicais na estrutura socioeconômica das sociedades latino-americanas.

Paralelamente, a teoria da hegemonia também permite compreender por que projetos políticos aparentemente distintos conseguem emergir dentro do mesmo marco institucional democrático. A ascensão recente de lideranças políticas associadas à direita em diversos países da região — como Javier Milei e Nayib Bukele — ilustra como discursos políticos que combinam crítica às elites tradicionais, promessas de transformação institucional e agendas econômicas liberais podem mobilizar apoio significativo em contextos de crise política e econômica.

Por outro lado, a eleição de governos progressistas em alguns países da região demonstra que a disputa política permanece aberta e que diferentes projetos políticos continuam competindo pela liderança ideológica da sociedade. Exemplos recentes incluem a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e de Gabriel Boric no Chile, ambos representantes de coalizões políticas que buscam promover agendas associadas à ampliação de direitos sociais e à reconstrução de políticas públicas.

Esses processos indicam que a América Latina continua sendo um espaço de intensa disputa política, no qual diferentes projetos de sociedade competem pela construção de legitimidade social e institucional. Contudo, a perspectiva da hegemonia sugere que o sucesso de projetos políticos não depende apenas de vitórias eleitorais momentâneas. Para Gramsci (1984, 2002), a consolidação de uma hegemonia exige a construção de um bloco histórico capaz de articular interesses sociais diversos em torno de um projeto político comum.

Esse processo envolve não apenas a ocupação de posições institucionais no Estado, mas também a disputa por influência cultural e ideológica na sociedade civil. Nesse sentido, as transformações recentes na comunicação política — particularmente o papel crescente das redes sociais digitais — tornam-se elementos importantes para compreender as disputas hegemônicas contemporâneas.

Como discutido anteriormente neste artigo, o ambiente digital criou novas arenas de disputa simbólica nas quais diferentes atores políticos buscam influenciar percepções públicas, construir identidades políticas e mobilizar apoio social. Essas transformações ampliaram as possibilidades de intervenção política, mas também contribuíram para intensificar processos de polarização e fragmentação ideológica. Assim, a análise das disputas políticas na América Latina contemporânea exige uma abordagem que combine diferentes dimensões analíticas: institucional, econômica, comunicacional e ideológica.

A teoria da hegemonia de Antonio Gramsci oferece uma ferramenta conceitual particularmente útil para articular essas dimensões, permitindo compreender como diferentes projetos políticos buscam construir legitimidade e liderança dentro de sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e por intensas disputas ideológicas.

Nesse contexto, o futuro da democracia na América Latina dependerá em grande medida da capacidade dos diferentes atores políticos de construir projetos hegemônicos capazes de articular demandas sociais diversas e responder aos desafios estruturais enfrentados pelas sociedades da região. A compreensão dessas dinâmicas constitui um passo fundamental para analisar não apenas as transformações recentes da política latino-americana, mas também as possibilidades de evolução futura dos regimes democráticos na região.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar as transformações recentes das disputas ideológicas na América Latina a partir de uma perspectiva teórica fundamentada no conceito de hegemonia. A análise partiu do debate sobre a natureza da democracia liberal e da ideia frequentemente difundida de que suas instituições constituiriam um espaço neutro de disputa político-ideológica. Embora a tradição teórica associada a autores como Joseph Schumpeter e Norberto Bobbio tenha enfatizado o caráter procedimental da democracia, diversos estudos contemporâneos demonstram que as instituições democráticas são historicamente situadas e profundamente influenciadas por estruturas sociais e econômicas específicas.

Nesse sentido, a democracia liberal não opera como um campo completamente neutro de competição política. Pelo contrário, suas instituições são atravessadas por relações de poder e por configurações ideológicas que moldam as possibilidades de ação política dentro do sistema democrático.

A partir dessa perspectiva *gramsciana*, argumentou-se que as disputas políticas nas democracias contemporâneas devem ser compreendidas como processos de construção e contestação de hegemônias sociais. Projetos políticos distintos buscam construir legitimidade não apenas por meio da conquista de cargos institucionais, mas também através da produção de narrativas, valores e identidades coletivas que orientam a percepção social da realidade política.

Essa abordagem mostrou-se particularmente útil para analisar as transformações políticas ocorridas na América Latina nas últimas décadas. A região experimentou diferentes ciclos políticos caracterizados pela ascensão de governos progressistas, seguidos posteriormente pelo fortalecimento de forças políticas conservadoras ou liberais. Contudo, a interpretação desses ciclos como simples alternância entre esquerda e direita revela-se insuficiente para explicar as dinâmicas estruturais que condicionam essas mudanças. Ao observar essas transformações sob a ótica da hegemonia, torna-se possível perceber que muitas dessas disputas ocorrem dentro de um campo ideológico fortemente influenciado pela racionalidade neoliberal.

Essa racionalidade consolidou, ao longo das últimas décadas, um conjunto de princípios econômicos e institucionais que passaram a estruturar grande parte das políticas públicas e das decisões

governamentais na região. Mesmo em contextos nos quais governos progressistas chegaram ao poder por meio de eleições democráticas, esses governos frequentemente tiveram que operar dentro de estruturas institucionais e econômicas que limitavam o alcance de transformações estruturais mais profundas.

Essa configuração ajuda a explicar por que processos de alternância política podem ocorrer sem necessariamente produzir mudanças substanciais na organização econômica e institucional das sociedades latino-americanas.

O artigo também discutiu o papel das transformações recentes da comunicação política na reorganização das disputas ideológicas contemporâneas. A expansão das redes sociais digitais e o surgimento de novas formas de mobilização política *online* criaram arenas adicionais de disputa simbólica, nas quais diferentes atores políticos buscam influenciar percepções públicas e construir identidades políticas.

Nesse contexto, lideranças como Javier Milei, Nayib Bukele e Jair Bolsonaro ilustram como estratégias de comunicação digital podem desempenhar papel central na mobilização política contemporânea. Essas lideranças demonstram capacidade de utilizar plataformas digitais para construir narrativas políticas que combinam crítica às elites políticas tradicionais, mobilização emocional e propostas de transformação institucional.

Ao mesmo tempo, a persistência de disputas políticas abertas na região também pode ser observada em processos eleitorais recentes que resultaram na eleição de governos progressistas em alguns países. Exemplos como os governos de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e Gabriel Boric no Chile indicam que a disputa política permanece dinâmica e que diferentes projetos de sociedade continuam competindo pela construção de legitimidade social e institucional.

Esses processos evidenciam que as democracias latino-americanas permanecem arenas abertas de disputa política, ainda que estruturadas por condicionantes institucionais e ideológicos específicos.

A partir dessas observações, o artigo procurou demonstrar que a teoria da hegemonia oferece um instrumento analítico particularmente relevante para compreender as transformações recentes da política latino-americana. Ao enfatizar a dimensão cultural e ideológica das disputas políticas, essa abordagem permite compreender como diferentes projetos políticos buscam construir legitimidade social e estabelecer liderança dentro de sociedades marcadas por profundas desigualdades e intensas polarizações.

Por fim, a análise sugere que o futuro das democracias latino-americanas dependerá em grande medida da capacidade dos diferentes atores políticos de construir projetos hegemônicos capazes de articular demandas sociais diversas e responder aos desafios estruturais enfrentados pela região. Isso envolve não apenas a conquista de vitórias eleitorais momentâneas, mas também a construção de narrativas políticas capazes de mobilizar consensos duradouros na sociedade.



Nesse sentido, compreender as disputas hegemônicas que atravessam as democracias latino-americanas constitui um passo fundamental para analisar as possibilidades de evolução futura da política na região, bem como os desafios que continuarão a moldar o funcionamento das instituições democráticas no século XXI.



REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- BROWN, Wendy. Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. São Paulo: Politeia, 2019.
- DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HUNTINGTON, Samuel. The third wave: democratization in the late twentieth century. Oklahoma: University of Oklahoma, 1993.
- LACLAU, Ernesto. A razão populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LATINOBARÓMETRO. Informe Latinobarómetro 2025. Santiago: Latinobarómetro, 2025. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em: 17 abr. de 2026.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MONTE, Lucas Araújo. A onda azul na América Latina: os limites das disputas ideológicas na democracia liberal. 2022. Tese (Doutorado) — Universidade.
- MONTE, L. A. Os limites ideológicos da democracia liberal latino-americana. STUDIES IN SOCIAL SCIENCES REVIEW, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e17678, 2025. DOI: 10.54018/sssrv6n1-026. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/sssrv/article/view/17678>. Acesso em: 1 abr. 2026.
- MUDDE, Cas. The far right today. Cambridge: Polity Press, 2019.
- MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. Populism: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Raiva, sonhos e insubordinação: como a extrema direita e as mídias digitais mobilizam a classe trabalhadora plataformizada. Horizontes Antropológicos., Porto Alegre, v. 31, n. 73, p. e730601, ago./dez. 2025. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-9983e730601>. Acesso em: 12 mar. 2026.
- SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.